



ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Jequitinhonha - Nucleo de Apoio Regional de Capelinha

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0058893/2022-19

A Supervisora Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Jequitinhonha**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	DO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Dispensada de Licenciamento Ambiental	2100.01.0058893/2022-19		Núcleo de Apoio Regional de Capelinha / URFBio Jequitinhonha / IEF
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
Nome: Davino Márcio Souto			CPF/CNPJ: 711.898.076-53
Endereço: Rua Biaggio Polizzi, nº 220, apto 302			Bairro: Silveira
Município: Belo Horizonte	UF: MG		CEP: 31.140-500
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
Nome: Davino Márcio Souto			CPF/CNPJ: 711.898.076-53
Endereço: Rua Biaggio Polizzi, nº 220, apto 302			Bairro: Silveira
Município: Belo Horizonte	UF:		CEP:
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL			
Denominação: Fazenda Cabeceira do Broto			Área Total (ha): 187,764

Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 1818 Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turmalina/MG		Município/UF: Veredinha/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3171071-D38A.68E9.B68E.40EB.87E0.29E2.57BB.8C08			
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA			
Tipo de Intervenção		Quantidade	Un
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo		49,9862	ha
5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA			
Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)	
Pecuária extensiva	G-02-07-0 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo	49,9862	
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber
Cerrado	49,9862	Cerrado Sentido Restrito	Não se aplica
Total:	49,9862		Total: 49,9862
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO			
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de Floresta Nativa	Comercialização “in natura” / Incorporação ao solo dos produtos florestais in natura	1.123,7288	m³

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA				
Mariana Miranda Andrade MASP: 1523765-4				
Data da Vistoria: 02/05/2023				
9. VALIDADE				
Data de Emissão: 10/07/2024		Observações:		
Validade: 10/07/2027		<p>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.</p>		
10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA				
Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 49,9862 ha	Sirgas 2000	23k	741638.29 m E	8076623.81 m S
11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)				
<p><u>Medidas mitigadoras:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Conservar as estradas de acesso à área e observar possíveis processos iniciais de erosão, para evitar danos ao terreno; - Monitoramento, principalmente nos meses mais secos, para se evitar eventuais incêndios; - Visando à minimização do impacto do desmatamento sobre a fauna, sugerimos na medida do possível, que o usuário do sistema adote uma cronosequência e uma distribuição espacial das operações (desmate), para que haja sucesso no deslocamento dos animais para área de reserva legal e áreas de preservação permanente; - Reduzir ao máximo a movimentação de máquinas na área do projeto, visando alterar o mínimo possível a estrutura física do solo; - Demarcação física da área pretendida para intervenção a fim de prevenir a invasão e destruição de vegetação em área não autorizada. 				
12. OBSERVAÇÃO				

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar todas as medidas mitigadoras propostas no PIA e efetuar o afugentamento da fauna por equipe especializada.	Concomitante a intervenção.
2	Executar Plano de conservação das espécies imune de corte <i>Caryocar brasiliense</i> (pequi), conforme aprovado no item 4.2 do Parecer nº 10/IEF/NAR CAPELINHA/2024.	Perpétuo.
3	Apresentar relatório de acompanhamento de cumprimento da condicionante 2.	Até 6 meses após a intervenção.
4	Apresentar relatório de ações simplificadas de afugentamento de fauna (conforme termo de referência disponível no site do IEF).	Até 30 dias após a intervenção.
5	Cercar todas as áreas de uso restrito (APP e RL) do imóvel.	Antes da implantação da atividade.
6	Obter no portal Ecossistemas / Sistema de Licenciamento Ambiental o registro de extrator de produto florestal, conforme Portaria IEF nº 125/2020.	Anteriormente a intervenção.

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

Informamos que para transporte, beneficiamento, comércio, consumo e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, é obrigatória a obtenção do Documento de Origem Florestal – DOF, que substitui a Guia de Controle Ambiental – GCA em Minas Gerais. Deste modo, as transações de produtos e subprodutos florestais de espécies nativas, deverão ser tramitadas através do sistema DOF+ Rastreabilidade.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Piedade Alves Machado, Supervisora Regional**, em 10/07/2024, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **92180489** e o código CRC **577B62D1**.

INFORMA DA LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO E APLICAÇÃO DAS RESPECTIVAS PENALIDADES

A Supervisora Regional do IEF da URFBio Centro Oeste, no uso de suas atribuições, conforme Artigo 4º da Lei nº 15.971/2006, torna público a lavratura dos seguintes Autos de Infração e aplicação das respectivas penalidades:

*José Roberto Gomes – AI 373678/2024 – Inobservância a legislação ambiental sendo realizada limpeza do sub-bosque caracterizando impedimento da regeneração natural – 900 UFEMG;

(a) Luciana Fátima de Rezende Oliveira

Supervisora Regional – URFBio Centro Oeste

INFRAÇÃO E APLICAÇÃO DAS RESPECTIVAS PENALIDADES

A Supervisora Regional do IEF da URFBio Centro Oeste, no uso de suas atribuições, conforme artigo 4º da Lei nº 15.971/2006, torna público a lavratura dos seguintes Autos de Infração e aplicação das respectivas penalidades:

*Pêrsio José de Carvalho Passos, AI 371280/2024 - Foi autuada(o) por comercializar 65 MDC (metros de carvão) INFORMA DA LAVRATURA DE AUTO DE vegetal de floresta plantada acobertado por GCA-E inválida, pois, foram constatadas divergências quanto ao Nome/Razão Social do proprietário e quanto a origem do subproduto florestal informadas nos documentos GCA e Nota Fiscal, no ano de 2022 – Multa simples – Art. 112, Anexo III Decreto 47.383/18 Cod 338- RS54.457,51.

*Raquel Belo Damasceno, AI 371290/2024 - Foi autuada(o) por transportar 65 MDC (metros de carvão) vegetal de floresta plantada acobertado por GCA-E inválida, pois, foram constatadas divergências quanto ao Nome/Razão Social do proprietário e quanto a origem do subproduto florestal informadas nos documentos GCA e Nota Fiscal, no ano de 2022 – Multa simples – Art. 112, Anexo III Decreto 47.383/18 Cod 338- RS54.457,51.

*Renato Otaviano de Oliveira, AI 371295/2024 - Foi autuada(o) por concorrer com o transporte de 65 MDC (metros de carvão) vegetal de floresta plantada acobertado por GCA-E inválida, pois, foram constatadas divergências quanto ao Nome/Razão Social do proprietário e quanto a origem do subproduto florestal informadas nos documentos GCA e Nota Fiscal, no ano de 2022 – Multa simples – Art. 112, Anexo III Decreto 47.383/18 Cod 338- RS54.457,51.

*Marcio Lamoniér Alves, AI 371250/2024, foi autuada(o) por comercializar 60 MDC (metros de carvão) com inconsistência no documento de controle ambiental, pois, a placa do caminhão que transportou a carga estava divergente com o informado na GCA e Nota fiscal, caracterizando GCA-E inválida, no ano de 2021 – Multa simples – Art. 112, Anexo III Decreto 47.383/18 Cod 338- RS50.433,56.

*Erlido Eriedes Rezende, AI 371252/2024, foi autuada(o) por concorrer com o transporte de 60 MDC (metros de carvão) com inconsistência no documento de controle ambiental, pois, a placa do caminhão que transportou a carga estava divergente com o informado na GCA e Nota fiscal, caracterizando GCA-E inválida, no ano de 2021 – Multa simples – Art. 112, Anexo III Decreto 47.383/18 Cod 338- RS50.433,56.

*Plantar Empreendimentos e Produtos Florestais Ltda, CNPJ nº21.752.910/0011-72, AI 371016/2024, foi autuada(o) por comercializar 118,81 MDC (metros de carvão) com inconsistência no documento de controle ambiental, pois, a placa do caminhão que transportou a carga estava divergente com o informado na GCA e Nota fiscal, caracterizando GCA-E inválida, no ano de 2021 – Multa simples – Art. 112, Anexo III Decreto 47.383/18 Cod 338- RS97.763,31.

*Elson de Lima Oliveira, AI 371019/2024, foi autuada(o) por comercializar 118,81 MDC (metros de carvão) com inconsistência no documento de controle ambiental, pois, a placa do caminhão que transportou a carga estava divergente com o informado na GCA e Nota fiscal, caracterizando GCA-E inválida, no ano de 2021 – Multa simples – Art. 112, Anexo III Decreto 47.383/18 Cod 338- RS97.763,31.

*José Raimundo Gonçalves, AI 371210/2024, fornecedor(a) de carvão vegetal e motorista do caminhão foi autuada(o) por comercializar 75 MDC (metros de carvão) com inconsistência no documento de controle ambiental, pois, o número da nota fiscal informado na GCA-E é divergente do número da Nota fiscal que acompanhava a carga, caracterizando GCA-E inválida, no ano de 2021 – Multa simples – Art. 112, Anexo III Decreto 47.383/18 Cod 338- RS62.505,42.

*Geni Lopes Ferreira, AI 371212/2024, foi autuada(o) por transportar 75 MDC (metros de carvão) com inconsistência no documento de controle ambiental, pois, o número da nota fiscal informado na GCA-E é divergente do número da Nota fiscal que acompanhava a carga, caracterizando GCA-E inválida, no ano de 2021 – Multa simples – Art. 112, Anexo III, Decreto 47.383/18 Cod 338- RS73.387,83.

*Aço do Vale Ltda, CNPJ nº17.967.723/0001-67, AI 373480/2024, foi autuada(o) por transportar 90 MDC (metros de carvão) vegetal de floresta plantada, acobertado por GCA-E inválida, pois, foram constatadas divergências quanto ao camporelativo aotransportador, descritasentre a GCA-Ee a Nota Fiscal, sendo a carga recusada pela siderúrgica, no ano de 2021 – Multa simples – Art. 112, Anexo III, Decreto 47.383/18 Cod 338- RS73.387,83.

*Juares Figueiredo Júnior, AI 373489/2024, foi autuada(o) por concorrer com o transporte de 90 MDC (metros de carvão) vegetal de floresta plantada, acobertado por GCA-E inválida, pois, foram constatadas divergências quanto ao camporelativo aotransportador, descritasentre a GCA-Ee a Nota Fiscal, sendo a carga recusada pela siderúrgica, no ano de 2021 – Multa simples – Art. 112, Anexo III, Decreto 47.383/18 Cod 338- RS73.387,83.

*Geison Vieira França AI 373433/2024, fornecedor(a) de carvão vegetal, que também foi transportador do subproduto florestal, foi autuada(o) por comercializar/transportar 120 MDC (metros de carvão) vegetal de floresta plantada acobertado por GCA-E inválida, pois a carga foi recusada por haver divergência entre informações da placa do veículo na GCA-E e Nota Fiscal, no ano de 2021 – Multa simples – Art. 112, Anexo III Decreto 47.383/18 Cod 338- RS97.146,48.

*Sandro Honorato dos Santos, AI 373434/2024, foi autuada(o) por concorrer com o transporte de 120 MDC (metros de carvão) vegetal de floresta plantada acobertado por GCA-E inválida, pois a carga foi recusada por haver divergência entre informações da placa do veículo na GCA-E e Nota Fiscal, no ano de 2021 – Multa simples – Art. 112, Anexo III Decreto 47.383/18 Cod 338- RS97.146,48.

(a) Lucina Fátima de Rezende Oliveira

Supervisora da URFBio Centro Oeste

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Centro Oeste do IEF, torna público que o(s) requerente(s) abaixo identificado(s) solicitou(ram) Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - AIA, conforme o(s) processo(s) abaixo identificado(s):

*MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LIMITADA CNPJ 28.917.748/0014-97 Corte ou aproveitamento de arvores isoladas nativas vivas- Processo convencional Processo SEI Nº 2100.01.0015527/2024-08 em 21/05/2024

*JOSÉ ALVES SOARES CPF ***.158.756** Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo de solo Processo SEI Nº 2100.01.0016403/2024-24 em 04/06/2024

*IMER 02 SPE LTDA CNPJ 48.789.703/0001-77 Corte ou aproveitamento de arvores isoladas nativas vivas- Processo convencional Processo SEI Nº 2100.01.0017275/2024-51 em 11/06/2024

*MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LIMITADA CNPJ 28.917.748/0013-06 Corte ou aproveitamento de arvores isoladas nativas vivas- Processo convencional e Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo de solo Processo SEI Nº 2100.01.0017466/2024-35 em 11/06/2024

*MARR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA CNPJ 04.486.712/0001-13 Corte ou aproveitamento de arvores isoladas nativas vivas- Processo convencional e Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo de solo Processo SEI Nº 2100.01.0021525/2024-52 em 10/07/2024

(a) Luciana Fatima de Rezende Oliveira

Supervisor Regional URFBio Centro Oeste

31 cm -10 1964834 - 1

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A Supervisora Regional da URFBio Jequitinhonha do IEF torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental, conforme o processo abaixo identificado: *Davino Márcio Souto/Fazenda Cabeceira do Broto - CPF ***.898.076-**. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, Veredinha/MG, Processo Nº 2100.01.0058893/2022-19, em área autorizada de 49.9862 ha. Validade: 03 (Três) anos, contados da data de emissão da autorização: 10/07/2024.

(a) Eliana Piedade Alves Machado

Supervisora Regional URFBio Jequitinhonha.

3 cm -10 1964567 - 1

INFORMA O ARQUIVAMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor da URFBio Alto Médio São Francisco torna público que foi arquivado o requerimento de Autorização para Intervenção Ambiental do seguinte processo: *Elizeu Roberto de Paula/Fazenda Vargem Grande – CPF: ***.578.516-** – Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 31,7000 ha – São Romão/MG – Processo SEI nº 2100.01.0014117/2023-57 – Data da decisão: 10/07/2024.

(a) Mário Lúcio dos Santos

Supervisor da URFBio Alto Médio São Francisco.

INFORMA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor da URFBio Alto Médio São Francisco torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental ao seguinte processo: *Rudinei Borgetti/Fazenda Bois – CPF: ***.315.426-** – Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 94,3429 ha – Chapada Gaúcha/MG – Processo SEI nº 2100.01.0001176/2024-67 – Validade: 03 (três anos), a contar da data da emissão: 09/07/2024.

(a) Mário Lúcio dos Santos

Supervisor da URFBio Alto Médio São Francisco.

5 cm -10 1964727 - 1

EDITAL CBMMG/IEF Nº 001/2024

Atos assinados pelo Comandante-Geral Do Corpo De Bombeiros Militar Coronel Erlon Dias do Nascimento Botelho, e pelo Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas, Breno Esteves Lasmar. Extratos dos Contratos administrativos de prestação de serviços que entre si celebram o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e Instituto Estadual de Florestas – IEF e os Contratados temporários elencados abaixo. Objeto: Contrato temporário referente à prestação de serviços de Brigadista em ações na Brigada de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, na respectiva Unidade de Conservação. Vigência de 4 meses a contar da data de publicação do contrato. Dotação orçamentária 2101.18.541.031.4054.0001.3.1.90.04.01.0.26.1; 2101.18.541.031.4054.0001.3.1.90.04.03.0.26.1; 2101.18.541.031.4054.0001.3.1.90.04.06.0.26.1; 2101.18.541.031.4054.0001.3.1.91.04.04.0.26.1. Assinam: Erlon Dias do Nascimento Botelho, Coronel BM, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Breno Esteves Lasmar, Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas e os Contratados Temporários abaixo descritos.

Contratado Temporário	Unidade de Conservação
VALTER VIEIRA CORTES	
CRISTIANO SILVEIRA DA SILVA	MN GRUTA REI DO MATO
BRUNO MORAIS DE SOUZA	
WANDER PITA LOUREDO	
FRANCISCO CASTILHO DOS SANTOS	
JAMIR CLEBER VASCO ANTUNES	
AVILMAR MOREIRA DE CARVALHO	
SERGIO BARBOZA PRIMO	
PAULO DE JESUS MARTINS	
DOUGLAS EDUARDO FERNANDES	
AGENOR SILVERIO DA ROCHA FILHO	PE SERRA DO CABRAL
AFONSO DA CONCEIÇÃO VIEIRA DE ATAIDE	
VALDIMAR SANTOS DA CUNHA PEREIRA	
ALEX DAMIÃO GOMES	
PAULO MEDEIROS CABRAL	
DANIEL SOARES DA COSTA	
LINDOMAR VIEIRA	
JOÃO ANTÔNIO CASTILHO	PE SETE SALÕES
PAULO SERGIO PEREIRA DE SOUZA	
ROSIMARY GONÇALVES MEDEIROS	
LEONARDO RODRIGUES DA SILVA	
EDMILSON MORAIS DA SILVA	PE SERRA DO INTENDENTE
ANSELMO RODRIGUES DE SOUSA	
DIEGSON RODRIGUES DOS SANTOS	

11 cm -10 1964801 - 1

INFORMA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Centro Sul do IEF, torna público que o (s) requerente (s) abaixo identificado (s) solicitou (aram) Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme o (s) processo (s) identificado (s): *Mineral Metalurgia Ltda, Caeté, CNPJ Nº: 04.807.836/0001-53, Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa, Barroso-MG, Processo Nº: 2100.01.0018787/2024-64, em: 02/07/2024; *Carlos Eduardo Silva, Limeira ou Muniz, CPF Nº: 090.***.***.00, Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, Prados-MG, Processo Nº: 2100.01.0018437/2024-08, em: 03/07/2024; *MRS Logística S.A., Sítio Pasto das Vacas, Sítio Pau Comprido, CNPJ Nº: 01.417.222/0003-39, Corte de árvores nativas isoladas vivas e Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, Lagoa Dourada-MG, Processo Nº: 2100.01.0020725/2024-21, em: 04/07/2024.

Barbacena, 10 de Julho de 2024.

Ricardo Ayres Loschi

Supervisor Regional do IEF.

INFORMA CONCESSÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Centro Sul do IEF torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme o processo identificado: *Spe Green USFV Barbacena V Ltda, Fazenda do Cabeça Branca - Sítio Fiorelli, CNPJ Nº: 53.380.893/0001-04, Corte de árvores nativas isoladas vivas, Barbacena-MG, Processo Nº: 2100.01.0015668/2024-81, DAIA nº 2100.01.0015668/2024-81, em área autorizada de 5,71 (ha); Validade: 03 anos contados da concessão: 01/07/2024.

Barbacena, 10 de Julho de 2024.

Ricardo Ayres Loschi

Supervisor Regional do IEF.

INFORMA ARQUIVAMENTO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Centro Sul do IEF torna público que foi arquivado o requerimento de Autorização para Intervenção Ambiental do processo identificado: *Graew Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda, Imóvel Urbano, CNPJ Nº: 30.302.620/0001-46, Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, Processo Nº 2100.01.0016915/2023-74, Carandá-MG, data da decisão: 03/06/2024.

Barbacena, 10 de Julho de 2024.

Ricardo Ayres Loschi

Supervisor Regional do IEF.

10 cm -10 1964645 - 1

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO

ADMINISTRATIVO SEI Nº 1500.01.0306715/2024-10

Observadas as competências previstas na Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e no Decreto nº 47.727, de 02 de outubro de 2019, e em cumprimento ao disposto na Lei nº19.490, de 2011, e no Decreto nº46.278, de 2013, a Superintendência Central de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG/MG, conclui o Processo Administrativo conforme SEI nº 1500.01.0159093/2024-74, com o recadastramento da entidade Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais, código 265,CNPJ 15.021.365/0001-70.

Rafael Divino de Vasconcelos

Superintendente Central de Administração de Pessoal

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 1500.01.0268834/2024-29

Observadas as competências previstas na Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e no Decreto nº 47.727, de 02 de outubro de 2019, e em cumprimento ao disposto na Lei nº19.490, de 2011, e no Decreto nº46.278, de 2013, a Superintendência Central de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG/MG, conclui o Processo Administrativo conforme SEI nº 1500.01.0268834/2024-29, com o descredenciamento da entidade Associação dos Especialistas em Políticas e Gestão da Saúde do Estado de Minas Gerais - AEPGS, código 304,CNPJ 16.912.473/0001-03, por falta de recadastramento.

Rafael Divino de Vasconcelos

Superintendente Central de Administração de Pessoal

6 cm -10 1964809 - 1

Rafael Divino de Vasconcelos

Superintendente Central de Administração de Pessoal

4 cm -10 1964540 - 1

Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito - CET

EDITAL DE LEILÃO Nº 295/2024 - CONSERVADOS / SUCATAS APROVEITÁVEIS

O ESTADO DE MINAS GERAIS, pela Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET/MG, em conformidade com o disposto no art. 22, inciso I, art. 328, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e consoante com a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 623, de 6 de setembro de 2016, torna público que realizará LEILÃO, recebendo o Nº 295/2024 - CONSERVADOS - SUCATAS APROVEITÁVEIS, de veículos nos pátios vinculados à CET-MG, presidido pela Comissão de Leilão da CET/MG, instituída pela Portaria nº 4, 13/01/2024 sendo o evento regido pelas normas gerais da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações posteriores, no que couberem, para alienação, pela melhor oferta individual de cada bem, no estado em que se encontram, de acordo com as regras e disposições deste ato convocatório. Os veículos incluídos neste leilão foram notificados pelo(s) edital(is) de notificação(ões) de nº(s): 295.

1 - Cláusula Primeira - Do Objeto do Leilão:

- 1.1 - Os objetos deste processo de leilão são veículos apreendidos e recolhidos em pátios, discriminados individualmente no anexo único deste Edital;
- 1.2 - No anexo único deste Edital também será indicada a situação atual de cada veículo objeto deste leilão, especificando tratar-se de veículo conservado ou sucata;
- 1.3 - O veículo considerado CONSERVADO é aquele que se encontra em condição de segurança para trafegar, desde que o arrematante tome todas as providências necessárias, no prazo e forma exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/97), e resolução elencada no preâmbulo deste Edital, para colocá-lo novamente em circulação;
- 1.4 - O veículo considerado SUCATA é aquele que se encontra impossibilitado de voltar a circular ou cuja autenticidade de identificação ou legitimidade da propriedade não restar demonstrada, não tendo direito à documentação;
- 1.5 - Os veículos classificados como SUCATAS, incluídos neste leilão, são divididos em:
 - I - Sucatas aproveitáveis: são aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com inutilização de placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo - registro VIN;
 - II - Sucatas aproveitáveis com motor inservível: são aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com exceção da parte do motor que conste sua numeração, devendo ser inutilizadas as placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo, registro VIN;
 - 1.6 - O veículo considerado SUCATA, não poderá voltar a circular, devendo ser baixado conforme estabelecido no subitem 12.5;
 - 1.7 - O(s) lote(s) de número(s) 4.37,46,48,61,63,67,70,91,92,99,100,124,127,135,141,143,153,157,158,164,165,170,175,180,184,190,196,213,219,226,243,257,269,270,271,274,284,293,297,312,317,318,321,322,324,327,328,329,331,338,345,348,352,375,383,388,390,396,398,399,433,441,484,500,502,508,520,526 possuem blocos de motor inservível para uso na sua forma original devendo ser destruídos pelo arrematante; portanto são sucatas aproveitáveis com motor inservível, conforme descrito no subitem 1.5, II;
- 2 - Cláusula Segunda - Das Disposições Legais:

- 2.1 - A presente alienação visa dar cumprimento ao disposto na legislação vigente, em especial, o Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503/97, art. 328, Caput, §§ 14 e 15, e a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 623/2016;
- 2.2 - Aplica-se no que couber, a Legislação pertinente à matéria: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Federal nº 12.977, de 20 de maio de 2014; Decreto Federal nº 1.305, de 9 de novembro de 1994; Lei Estadual nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003; Decreto Estadual nº 43.824, de 28 de junho de 2004; Decreto Estadual nº 44.806, de 12 de maio de 2008; Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito nº 179, de 7 de julho de 2005, e nº 623, de 6 de setembro de 2016

3 - Cláusula Terceira - Do Lance Inicial:

- 3.1 - O lance inicial terá por base o valor mínimo avaliado e discriminado individualmente no anexo único deste Edital;
- 3.2 - Os interessados em condições de participação efetuarão lances, a partir do preço mínimo de avaliação constante no anexo único deste Edital, considerando vencedor o licitante que houver feito a maior oferta aceita pelo Leiloeiro, desde que satisfaça as condições estabelecidas nas Cláusulas constantes neste Edital;
- 3.3 - Uma vez aceito o lance, não se admitirá a sua desistência.

4 - Cláusula Quarta - Da Data, Horário, Local e Visita:

- 4.1 - Os lotes descritos neste Edital serão leiloados em sessão pública que será iniciada no dia 08/08/2024, às 09:00 horas e finalizada no dia 21/08/2024 às 17:00;
- 1 - Durante os últimos segundos da arrematação de cada lote, enquanto houver lances, a contagem irá retroceder de 30 (trinta) a 60 (sessenta) segundos;
- 4.2 - A sessão ocorrerá por meio do Sistema de Leilão de Veículos, disponível no endereço eletrônico <https://leilao.detran.mg.gov.br>;
- 4.3 - O licitante deverá atender para o período de recebimento de lances destinados a cada lote, sendo este compreendido entre a data e horário do início e encerramento da sessão pública, exceto quando ocorrer o caso previsto no item 4.1, I;
- 5 - Cláusula Quinta - Da Visitação:

- 5.1 - A VISITA ao pátio PARA INSPEÇÃO VISUAL dos veículos poderá ser feita pelos interessados no(s) dia(s) 23/07/2024, no horário de 09:00 às 12:00 horas e de 13:00 às 17:00 horas, em seu respectivo endereço, a saber:
 - 5.1.1 - IMPÉRIO LOGÍSTICA GUARDA E ARMAZENAMENTO - RUA ALZIRA MENEZES NOGUEIRA, Nº 2244, BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL JOÃO DE ALMEIDA - RIBEIRAO DAS NEVES
- 5.2 - É assegurado a todo interessado o direito de inspecionar, visualmente, todos os veículos automotores, nos dias e horários indicados na Cláusula Quarta, subitem 5.1, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens, objetos do presente leilão.
- 5.3 - É permitida, exclusivamente, a avaliação visual dos bens, sendo vedado o seu manuseio e retirada dos lotes;
- 5.4 - Nenhum bem constante do lote arrematado poderá ser recuperado ou consertado no local da visitação;
- 5.5 - É proibida a entrada nos locais de visitação, nas datas e horários estabelecidos neste edital, com mochilas, capacetes, bolsas ou equivalentes;

6 - Cláusula Sexta - Das Condições De Participação:

- 6.1 - O licitante poderá participar do Leilão mediante cadastro no Sistema de Leilão de Veículos, disponível no endereço eletrônico <https://leilao.detran.mg.gov.br/pre-arrematantes/cadastrar>, como:
 - a - Pessoa física, mediante apresentação dos documentos descritos no item 7.1 no Sistema de Leilão de Veículos, conforme o caso;
 - b - Pessoa jurídica, mediante cadastro do seu representante legal, consoante designação expressa no Contrato Social (ou equivalente) e apresentação dos documentos descritos no item 7.1 no Sistema de Leilão de Veículos, conforme o caso.
- 6.2 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, do leilão:
 - I - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
 - II - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

- §1º - O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 7 - Cláusula Sétima - Do Cadastro no Sistema de Leilão de Veículos:
 - 7.1 - Para fins de cadastramento, o licitante deverá apresentar, por meio do Sistema de Leilão de Veículos, os seguintes documentos:
 - a - Documento de identificação oficial previsto na legislação federal ou Comprovante de Emancipação, se for o caso;
 - b - Cadastro de Pessoa Física – CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - c - Comprovante de endereço;
 - d - Endereço de correio eletrônico (e-mail);
 - e - Telefone(s) para contato;
 - f - Certidão de credenciamento junto à CET/MG para a aquisição de veículos irrecuperáveis, classificados como “SUCATA”, Portaria DETRAN/MG nº 92/2021. Para a obtenção da certidão supracitada, o licitante poderá entrar em contato com a Diretoria de Gestão de Credenciamento de Veículos, por meio do e-mail: credenciamento.veiculos@transito.mg.gov.br;
 - g - Ato constitutivo da Pessoa Jurídica.
 - 1 - O Sistema de Leilão de Veículos aceitará apenas documentos digitalizados e salvos no formato Portátil de Documento – PDF.
 - II - Os documentos referidos no item anterior poderão ser solicitados, a qualquer tempo, devendo ser exibidos no original ou por qualquer processo de fotocópia (devidamente autenticada por cartório ou por servidor da Administração), ou, ainda, estarem publicados em qualquer órgão ou entidade de imprensa oficial.

- 7.2 - A partir da realização do cadastro pelo licitante, a Comissão de Leilão terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para liberar o acesso ao Sistema de Leilão de Veículos
- I - A liberação do acesso está condicionada à análise e aprovação da documentação encaminhada pelo licitante e será comunicada, por meio do e-mail cadastrado pelo licitante, sendo, na oportunidade, encaminhados login e senha, de uso pessoal e intransferível.
- II - Caso o cadastro seja reprovado, será encaminhada uma notificação ao e-mail cadastrado pelo licitante.
- III - No caso de complementação ou correção do cadastro, este será novamente analisado pela Comissão de Leilão em até 05 (cinco) dias úteis.

8 - Cláusula Oitava – Dos Procedimentos do Leilão:

- 8.1 - Os lotes relacionados neste edital deverão ser arrematados eletronicamente, por meio do Sistema de Leilão de Veículos.
- 8.1 - Todo o material de instrução para cadastro, oferta de lances, emissão do Documento de Arrecadação Estadual – DAE, da Nota de Arrematação e Autorização de Retirada estará disponível no endereço eletrônico <https://leilao.detran.mg.gov.br>;
- II - A participação no leilão realizado na forma eletrônica, em quaisquer de suas fases, implica responsabilidade legal do licitante e presunção de sua capacidade técnica ou infraestrutura tecnológica para realização das operações e transações inerentes ao Sistema de Leilão de Veículos, ainda que representado por intermédio de procurador.
- 8.2 - Os interessados efetuarão sucessivos lances eletrônicos, a partir do valor mínimo definido para cada lote, de acordo com o Anexo Único deste Edital, considerando-se arrematante o licitante que fizer o MAIOR LANCE POR LOTE.
- 1 - Os intervalos dos lances serão fixos e definidos por lote.
- II - Uma vez realizado o lance, não se admitirá a sua desistência.
- III - Na sucessão de lances, a diferença do valor NÃO PODERÁ ser inferior à estabelecida pela Comissão de Leilão em consonância com o item 8.2.1.
- IV - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, registrando-se no sistema aquele que for recebido primeiro.
- 8.3 - Encerrada a etapa de lances, o Sistema de Leilão de Veículos informará o vencedor e a Comissão de leilão adjudicará o lote ao arrematante, que será notificado por meio do e-mail cadastrado.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202407110144400153.

Publicação no DOE/MG - Concessão (92336753)

SEI 2100.01.0058893/2022-19 / pg. 5